



Nº 724 - Edilson Pereira da Silva, Reservatório da UHE Itumbiara (rio Paranaíba), Município de Tupaciguara/Minas Gerais, aquicultura.

Nº 725 - M&M Extração de Areia e Locação de Veículos Ltda., rio São Francisco, Município de Januária/Minas Gerais, mineração.

Nº 726 - Usina Boa Vista S/A, Reservatório da UHE de São Simão, Municípios de Paranaiguara e Quirinópolis/Goiás, irrigação.

Nº 727 - Elida Biasi Pereira Silva, Reservatório da UHE Itumbiara (rio Paranaíba), Município de Tupaciguara/Minas Gerais, aquicultura.

Nº 728 - José Orlando Rezende, Reservatório da UHE Paulo Afonso IV (rio São Francisco), Município de Paulo Afonso/Bahia, irrigação.

Nº 729 - Therezinha Chalhuh de Oliveira, rio Itapapoana, Município de Bom Jesus do Itapapoana/Rio de Janeiro, irrigação.

Nº 730 - Fábio Sousa Santos Ribeiro, rio Araguaia, Município de Brejo Grande do Araguaia/Pará, irrigação.

Nº 731 - Gildenete Celestina dos Santos, rio São Francisco, Município de Belém de São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 732 - Indústria e Comércio Massiolite Pavione Ltda., rio Doce, Município de Taparuba/Minas Gerais, mineração.

Nº 733 - Antônio Inácio Pereira, rio Jequitinhonha, Município de Itaobim/Minas Gerais, irrigação.

Nº 734 - José Cupertino de Andrade, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 735 - Kleber Pereira de Lucena, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Nº 736 - Francisco de Assis Rodrigues Martins, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 737 - Ednaldo Barbosa, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 738 - Antonio Fernando de Almeida, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Itacuruba/Pernambuco, irrigação.

Nº 739 - Realiza Construtora Ltda, rio Rio Muriaé, Município de Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro, indústria.

Nº 740 - Raniele Da Mota Custódio, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 741 - Edivaldo Alves da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Chorrochó/Bahia, irrigação.

Nº 743 - João Batista de Sá Guimarães, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Belém de São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 744 - José Braz dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 745 - Miguel Oliveira dos Santos, rio São Francisco, Município de Curacá/Bahia, irrigação.

Nº 746 - Antonio Braz Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 747 - João Vilnei de Oliveira Braga, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÃO Nº 748, DE 1º DE JULHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Portaria nº 100, de 23 de maio de 2013, torna público que, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos do Processo nº 02501.000812/2004-71, resolve:

Art. 1º Alterar o item 5 do Anexo 1 da Resolução nº 2017, de 15 de dezembro de 2014, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2014, seção 1, página 97, que outorgou os usos de recursos hídricos de domínio da União constantes da Declaração de Uso nº 225011, com validade até 10/09/2024, para retificar o nome do Interessado de André Luiz Wustro e Outra, para André Luiz Wustro e Outra.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da outorga anterior.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 1º DE JULHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar a:

Nº 749 - João Pedro Ribeiro, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 750 - BIOSEV S.A, rio São Francisco, Município de Lagoa da Prata/Minas Gerais, indústria e irrigação.

Nº 751 - Gutemberg Carneiro de Souza, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/Bahia, irrigação.

Nº 752 - Adeilda Nogueira de Barros Lins, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 753 - Associação dos Arrendatários da Fazenda Ouro Verde, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 754 - Erasmo Mendes de Oliveira, rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação e dessedentação animal.

Nº 756 - Maria Cícera Gomes de Araújo, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 757 - Comvap Açúcar e Álcool Ltda., rio Parnaíba, Município de União/Paraíba, irrigação.

Nº 758 - Francisco Turuda, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Nº 759 - Miolo Wine Group Vitivinicultura Ltda., Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 1º DE JULHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu:

Nº 755 - Art. 1º Revogar a Resolução ANA nº 1143, de 6 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 2013, Seção 1, página 64, a qual outorgou a Cortez Engenharia Ltda. o direito de uso de recursos hídricos no Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, com a finalidade de indústria (Termoelétrica), no Município de Petrolândia - PE (Declaração de Uso nº 182855), por motivo de desistência do interessado.

Nº 760 - Art. 1º Revogar a Resolução ANA nº 732, 11 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 2014, Seção 1, página 52, a qual outorgou ao Consórcio Construtor Águas do São Francisco - CCASF o direito de uso de recursos hídricos no rio São Francisco, com a finalidade de indústria e afins (Construção Civil), no Município de Cabrobó - PE (Declaração de Uso nº 169758), por motivo de desistência do interessado.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÃO Nº 742, DE 30 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu emitir a outorga preventiva a:

Cicero Vicente de Araujo, rio São Francisco, Município de Muquém de São Francisco/Bahia, irrigação.

O inteiro teor da Resolução preventiva, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 26, DE 15 DE ABRIL DE 2015 (º)

Dispõe sobre a criação da zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego Grande, Estado do Espírito Santo, estabelecendo normas e atividades para sua implementação (Processo administrativo nº 02070.001096/2014-39)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de março de 2012; RESOLVE:

Art. 1º. Estabelece os limites da zona de amortecimento para a Reserva Biológica do Córrego Grande.

§ 1º. A zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego Grande tem os seguintes limites em coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.), conforme o Sistema de Referência Geocêntrica para as Américas, do ano de 2000 (CGS SIRGAS 2000), datum SIRGAS 2000, levantamento sistemático IBGE 1:100.000, folha SE-24-Y-B-II. Assim, os limites têm início nas c.g.a. 39º52'08,27" Longitude Oeste (O) e 18º12'22,77" Latitude Sul (S), no córrego da Estiva, no ponto onde ele cruza o limite dos estados do Espírito Santo (ES) e da Bahia (BA), sobre a estrada denominada Picadão da Bahia (ponto 01); segue em linha reta, sentido nordeste, até as c.g.a. 39º51'39,77"O e 18º11'52,82"S (ponto 02); segue sentido noroeste até as c.g.a. 39º51'37,13"O e 18º11'12,25"S (ponto 03); segue na direção nordeste até as c.g.a. 39º51'37,13"O e 18º11'12,25"S (ponto 04); segue em linha reta, sentido sudeste, até as c.g.a. 39º51'08,28"O e 18º11'38,57"S (ponto 05); segue em linha reta até as c.g.a. 39º50'50,61"O e 18º11'22,63"S (ponto 06); segue em linha reta, sentido sudeste, até as c.g.a. 39º50'08,45"O e 18º12'00,33"S (ponto 07); segue até uma nascente do riacho Doce nas c.g.a. 39º50'04,64"O e 18º12'19,46"S (ponto 08); segue o percurso do riacho Doce a 100m de sua margem norte, passando pelas c.g.a. 39º48'55,13"O e 18º12'43,03"S (ponto 09), c.g.a. 39º48'00,19"O e 18º13'03,45"S (ponto 10), c.g.a. 39º46'40,57"O e 18º13'25,51"S (ponto 11), c.g.a. 39º45'35,77"O e 18º14'12,28"S (ponto 12), até as c.g.a. 39º44'24,55"O e 18º15'17,32"S (ponto 13), localizadas a 100m da margem norte do riacho Doce; segue em linha reta, sentido sul, até o limite entre o ES e a BA, nas c.g.a. 39º44'17,18"O e 18º17'22,56"S (ponto 14); segue em linha reta, sentido sul, até as c.g.a. 39º44'32,00"O e 18º19'28,04"S (ponto 15), coincidindo com o talvegue de um córrego; segue no sentido oeste em linha reta, até confluência do córrego Taquarua com um afluente, nas c.g.a. 39º45'46,66"O e 18º19'22,38"S (ponto 16); segue a sudeste em linha reta até as c.g.a. 39º47'20,00"O e 18º20'45,91"S (ponto 17); segue em linha reta, sentido noroeste, até as c.g.a. 39º48'31,46"O e 18º19'10,12"S (ponto 18), na estrada ES-209; segue pela ES-209, até as c.g.a. 39º49'04,96"O e 18º18'20,23"S (ponto 19), a 100m da margem leste do córrego Grande; segue o córrego Grande, sentido sul, a 100m da sua margem leste, passando pelas c.g.a. 39º49'11,69"O e 18º18'54,09"S (ponto 20) e pelas c.g.a. 39º49'27,80"O e 18º19'28,72"S (ponto 21), até as c.g.a. 39º49'49,60"O e 18º19'59,05"S (ponto 22), no rio Itatúas; segue no sentido oeste pelo talvegue do Itatúas, até as c.g.a. 39º50'00,30"O e 18º19'55,82"S (ponto 23); segue em sentido noroeste a 100m da margem oeste do córrego do Coelho, acompanhando seu percurso, até um ponto a 100m a oeste da confluência do córrego Água Preta com o córrego da Estiva, nas c.g.a. 39º50'42,77"O e 18º18'24,43"S (ponto 24); segue a 100m da margem oeste do Estiva, passando pelas c.g.a. 39º51'09,91"O e 18º17'18,38"S (ponto 25), pelas c.g.a. 39º51'07,38"O e 18º15'13,72"S (ponto 26) até as c.g.a. 39º52'00,51"O e 18º13'02,47"S (ponto 27); daí segue até o ponto 01 da descrição, fechando o polígono.

Art. 2º. Ficam aprovadas as normas e demais condições de implementação da zona de amortecimento, constantes do Anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

ANEXO I

NORMAS DA ZONA DE AMORTECIMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO GRANDE

As atividades a serem implantadas na zona de amortecimento (ZA) não poderão comprometer a integridade do patrimônio natural da Reserva Biológica do Córrego Grande (RBCG).

Todas as atividades desenvolvidas no interior da ZA potencialmente impactantes ao meio ambiente ou poluidoras e aquelas condicionadas ao controle do poder público, mas que não estão sujeitas ao licenciamento ambiental previsto na Resolução CONAMA nº 237/97 deverão ser precedidas de autorização do órgão gestor da RBCG, de acordo com a legislação vigente.

Deverão ser evitados e/ou mitigados os impactos negativos sobre a Unidade de Conservação (UC) decorrentes de todas as etapas dos processos de implantação e operação realizadas nos plantios de espécies florestais.



Serão estabelecidas normas e ações para mitigação de impactos decorrentes do trânsito de veículos na estrada do Picadão da Bahia.

Para a pavimentação da estrada do Picadão da Bahia, será obrigatório o seu licenciamento ambiental, com autorização do órgão gestor da RBCG, no qual deverão ser exigidas as condicionantes ambientais para mitigação dos problemas como o atropelamento da fauna e o tratamento adequado da drenagem natural e de águas pluviais bem como a largura da estrada e o tipo de pavimento.

Deverá ser apresentado pelos proprietários das áreas onde tenham ocorrido incêndios florestais o chamado Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD) das referidas áreas, como forma de mitigação dos impactos ambientais decorrentes.

A construção e a pavimentação de quaisquer estradas ou rodovias na ZA ficam condicionadas à autorização do órgão gestor da RBCG.

Não será permitida a produção de carvão vegetal na ZA, em uma faixa de 500m, a contar do limites da RBCG.

Não será permitido o plantio de organismos geneticamente modificados (OGM) na ZA, em uma faixa de 500m, a contar do limites da RBCG ou de acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.

Uma vez concluído, o PM da RBCG poderá rever esta faixa para mais ou menos largura, buscando-se especificações por tipo de cultura agrícola.

Os órgãos licenciadores (federal, estadual e municipais) deverão oferecer, adicionalmente à comunicação de ciência prevista na Resolução CONAMA nº 428/2010, cópia dos relatórios de estudos e relatórios de impacto ambiental.

Os órgãos licenciadores deverão disponibilizar endereço eletrônico na rede mundial de computadores (internet) que contenha informações sobre os processos de licenciamento ambiental localizados na ZA, conforme determinado na Resolução CONAMA nº 428/2010.

A utilização de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) e de fertilizantes químicos na ZA é condicionada ao relatório agrônomo, devendo o proprietário disponibilizar a documentação e os dados abaixo, sempre que requisitada pela fiscalização da RBCG:

Nome dos produtos a serem aplicados;

Calendário de aplicação;

Quantidade a ser aplicada;

Local de aplicação;

Forma de aplicação;

Norma que regulamenta a utilização de tais produtos, quando dispuserem, e

Local de destinação de suas embalagens (com coordenadas geográficas do local).

Não é permitida a aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) em uma faixa de 10m a partir do limite da RBCG.

Não são permitidas na ZA, em uma faixa de até 100m dos limites da UC o manuseio e o acondicionamento de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas).

Não são permitidas na ZA, em uma faixa de até 01km do limite da UC, aplicações (pulverização aérea) e manobras de aeronaves utilizadas na aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) até que estudos indiquem faixas específicas.

O licenciamento de criadouros de espécies animais pertencentes à fauna brasileira sem ocorrência natural na RBCV ou exóticas deverá ouvir o órgão responsável pela gestão da UC, resguardados os dispositivos legais acerca do estabelecimento de criadouros.

É proibida a instalação de criadouros de espécies nativas que ocorram na RBCV.

Nos casos de criação comercial (formal ou informal), bem como introdução e sultura de espécies da fauna exótica, o empreendedor deverá comprovar que elas não são consideradas contaminantes biológicos.

É proibida a criação de abelhas para quaisquer fins que usem espécies não nativas, e a criação de espécies nativas deverá ser objeto de autorização.

(*) N. da Coeio: Republicada por ter saído no DOU de 16/4/2015, Seção 1, pág. 69, com incorreção.

PORTARIA Nº 36, DE 2 DE JULHO DE 2015

Aprovar o Plano de Manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda das Almas, nos municípios de Sumé e São José dos Cordeiros (Processo nº 02070.001786/2014-98).

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria nº. 78/MMA, de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de abril de 2013,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Fazenda das Almas, nos Municípios de Sumé e São José dos Cordeiros, criada através da Portaria nº 1343, de 01 de agosto de 1990, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 10 de junho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo;

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.001786/2014-98;

Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor,

Considerando que as normas e zoneamento propostos no plano de manejo são compatíveis com o que dispõe a Lei nº 9.985/2000-SNUC para categoria de manejo RPPN, e atendem as necessidades de gestão da UC, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural, Fazenda das Almas, localizada nos Municípios de Sumé e São José dos Cordeiros, disposto no Processo nº 02070.001786/2014-98.

Parágrafo Único - O Plano de Manejo da RPPN Fazenda das Almas estará disponível na sede da Fazenda Almas e na página online do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO REGIONAL NA CHAPADAS DOS GUIMARÃES

PORTARIA Nº 1, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Renova a Portaria e modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Emas, no estado de Goiás (Processo nº 02070.001749/2011-37).

O COORDENADOR REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA 10ª REGIÃO - INSTITUTO CHICO MENDES, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 05 de dezembro de 2014,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAPE, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS;

Considerando o Decreto nº 49.874, de 11 de janeiro de 1961, que criou o Parque Nacional das Emas;

Considerando a Portaria IBAMA nº 151, de 21 de novembro de 2002, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional das Emas;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Coordenação Regional da 9ª Região do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no Processo nº 02070.001749/2011-37; RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Consultivo do Parque Nacional das Emas é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:

a) Órgãos Públicos Ambientais, dos três níveis da Federação;

e b) Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação.

II - INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA:

a) Institutos e Centros de Pesquisa.

III - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

a) Setor de agricultura;

b) Setor de turismo; e

c) Setor de áreas protegidas.

IV - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E COLIGIADOS:

a) Conselhos Municipais.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe do Parque Nacional das Emas; ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional das Emas; que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova Portaria pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Emas; são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional competente, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FRANCISCO XAVIER

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 255, DE 2 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto nos arts. 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Portaria MP nº 172, de 27 de maio de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º....."

§ 2º....."

V - as despesas relacionadas aos grandes eventos discriminados pelo Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, no âmbito dos Ministérios:

a) da Defesa;

b) da Justiça;

c) das Comunicações;

d) do Esporte;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

f) do Turismo.

"Art. 3º Fica suspensa, aos órgãos listados no Anexo I, a realização de novas contratações relacionadas a:

§ 1º A suspensão prevista no caput não se aplica às hipóteses elencadas nos incisos I a V do § 2º do art. 1º e quando se tratar de:

III - atividades decorrentes do exercício das competências previstas no art. 3º, inciso VIII, do Anexo I ao Decreto nº 4.609, de 26 de fevereiro de 2003, no Decreto nº 6.188, de 17 de agosto de 2007 e no art. 1º, incisos V e VI do Anexo I ao Decreto nº 8.100, de 4 de setembro de 2013.

§ 2º As suspensões previstas no caput aplicam-se às licitações em andamento cujos contratos não forem assinados até 15 de junho de 2015.

....."(NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 2º da Portaria MP nº 172, de 27 de maio de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 256, DE 2 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Interino, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e os elementos que integram o Processo nº 04916.001368/2007-16 resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria do Patrimônio da União a transferir a ocupação de um terreno de marinha com acrescido, com área de 226,93m², localizado no Largo São Sebastião, S/N, Praia de Pipa, Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte, conforme Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 12/11/2012, Livro nº 146, às fls. 013 a 014v, Primeiro Traslado, do Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de Goianinha, daquele Estado, para a estrangeira ANGELI ROELOFFINA MARIA WOBMA de nacionalidade holandesa, portadora do CPF nº 015.681.634-28 e Passaporte nº NPJ4732H2, com validade até 07/07/2015.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos translativos de ocupação praticados nos processos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA